



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA**

Edital de Condições Gerais nº 06/2019

Edital Específico nº 13/2019

Edital Complementar nº 4 ao Edital nº 13/2019

**Área do concurso:** Estágio Curricular e Metodologia do Ensino da Dança

**JULGAMENTO DE RECURSOS REFERENTE AO RESULTADO PRELIMINAR**

Fazemos saber a todas/os as/os interessadas/os e ao público em geral que, nesta data e horário, tornamos público o resultado do julgamento do recursos interpostos ao resultado preliminar, do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, da Faculdade de Educação Física e Dança, área de Estágio Curricular e Metodologia do Ensino da Dança, processo nº 23070.000637/2018-13.

ORDEM	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	CANDIDATA/O	RESULTADO DO RECURSO
1	246631896	ALISSON ARAUJO DE ALMEIDA	INDEFERIDO
2	246616026	MARCIA SOARES DE ALMEIDA	INDEFERIDO
3	246611078	MARCO AURELIO DA CRUZ SOUZA	INDEFERIDO

Diretoria da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás, às 14h30 do dia 19 de março de 2020.

---

**Mário Hebling Campos**  
Diretor da FEFD/UFG



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA**

## **CERTIDÃO**

Certificamos que o Conselho Diretor da Faculdade de Educação Física e Dança/UFG, em reunião realizada no dia 16 de março de 2020, apreciou e aprovou os pareceres da Comissão que analisou e indeferiu os recursos das/os candidatas/os ALISSON ARAUJO DE ALMEIDA, MÁRCIA SOARES DE ALMEIDA e MARCO AURÉLIO DA CRUZ SOUZA, interpostos ao Resultado Preliminar, do Concurso Público para o cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior da Regional Goiânia da Universidade Federal de Goiás, na área de Estágio Curricular e Metodologia do Ensino da Dança, processo n.º 23070.015615/2019-21.

Coordenação Administrativa da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás, aos 16 dias do mês de março do ano de 2020.

**Lara Wanderley Araújo**

Técnica em Assuntos Educacionais FEFD/UFG

**Visto:**

Mário Hebling Campos  
Diretor da FEFD/UFG



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA**

**PARECER  
ANÁLISE DO RECURSO AO RESULTADO PRELIMINAR**

Em resposta ao recurso interposto pelo candidato MARCO AURELIO DA CRUZ SOUZA os/as componentes da banca de análise de recursos julgam procedente destacar:

- 1) Neste recurso o candidato solicita anulação do concurso ou revisão das notas de todo o processo, alegando irregularidades.
- 2) No item 1 do recurso, o candidato Marco Aurélio alega que a candidata ANA MARIA ALONSO KRISCHKE não estava presente no ato da instalação e não entregou os documentos exigidos. A ata de instalação do concurso (Documento SEI 1192941) registra que a candidata estava presente no ato de instalação. A referida ata registra também que, durante a instalação, a candidata declarou não ter posse do comprovante de pagamento da taxa de inscrição. A candidata interpôs recurso (Documento SEI 1206020) para não ser desclassificada do certame no ato de instalação com o argumento de que a Instituição já havia verificado a existência do pagamento. O recurso foi deferido *ad referendum* do Conselho Diretor da FEFD pelo Diretor da Faculdade (Documento SEI 1206028). Considerando a lei 13.726 de 2018 que “racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude, e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação”; considerando a súmula 473 do STF que determina que “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos”; entende-se que a instituição pode revogar o ato de eliminação da candidata, por implicar em excesso de burocracia ao exigir o comprovante de um pagamento que já havia sido confirmado pela própria instituição na homologação das inscrições (Documento SEI 1113426).
- 3) No item 2 do recurso, o candidato Marco Aurélio alega que houve incoerência entre a avaliação de títulos e avaliação do memorial. O candidato alega que teve a nota da defesa de memorial afetada comparando esta nota com a nota obtida na prova de títulos. Esta comparação não sustenta a alegação de que sua nota de defesa de memorial foi afetada, pois a defesa de memorial e a prova de títulos são independentes.
- 4) Na argumentação do recurso, o candidato Marco Aurélio alega que houve um acréscimo de 30 minutos para a aula da candidata Ana Maria. Não há registro de acréscimo de tempo para a prova da candidata Ana Maria na ata de realização da prova didática (Documento SEI 1215768). Recorrendo ao áudio da gravação da aula, verifica-se que não houve o acréscimo mencionado para a candidata Ana Maria. No que tange à alegação de prejuízo sofrido por ele por causa de “problema tecnológico”, verificou-se no áudio da aula do candidato Marco Aurélio que ele teve tempo de preparação para instalação do seu equipamento.

Considerando o exposto, esta comissão recomenda indeferir o recurso interposto de anulação do concurso ou revisão das notas de todo o processo, e manter o resultado preliminar.

Goiânia, 13 de março de 2020.

Sissilia Vilarinho Neto (presidente)  
Priscilla de Cesaro Antunes  
Rafael Guarato dos Santos



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA**

**PARECER**

**ANÁLISE DO RECURSO AO RESULTADO PRELIMINAR**

Em resposta ao recurso interposto pela candidata MÁRCIA SOARES DE ALMEIDA os/as componentes da banca de análise de recursos julgam procedente destacar:

- 1) Neste recurso a candidata solicita anulação do concurso ou revisão das notas de todo o processo, alegando irregularidades.
- 2) No item 1 do recurso, a candidata Márcia alega que a candidata ANA MARIA ALONSO KRISCHKE não estava presente no ato da instalação e não entregou os documentos exigidos. A ata de instalação do concurso (Documento SEI 1192941) registra que a candidata estava presente no ato de instalação. A referida ata registra também que, durante a instalação, a candidata declarou não ter posse do comprovante de pagamento da taxa de inscrição. A candidata interpôs recurso (Documento SEI 1206020) para não ser desclassificada do certame no ato de instalação com o argumento de que a Instituição já havia verificado a existência do pagamento. O recurso foi deferido *ad referendum* do Conselho Diretor da FEFD pelo Diretor da Faculdade (Documento SEI 1206028). Considerando a lei 13.726 de 2018 que “racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude, e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação”; considerando a súmula 473 do STF que determina que “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos”; entende-se que a instituição pode revogar o ato de eliminação da candidata, por implicar em excesso de burocracia ao exigir o comprovante de um pagamento que já havia sido confirmado pela própria instituição na homologação das inscrições (Documento SEI 1113426).
- 3) No item 2 do recurso, a candidata Márcia alega que houve incoerência entre a avaliação de títulos e a avaliação de memorial. Todavia, há indeterminação do objeto e ausência de fundamentação.
- 4) Na argumentação do recurso, a candidata Márcia alega que a candidata Ana Maria foi privilegiada com um acréscimo de 30 minutos durante a prova didática. Não há registro de acréscimo de tempo para a prova da candidata Ana Maria na ata de realização da prova didática (Documento SEI 1215768). Recorrendo ao áudio da gravação da aula, verifica-se que não houve o acréscimo mencionado para a candidata Ana Maria.

Considerando o exposto, esta comissão recomenda indeferir o recurso interposto de anulação do concurso ou revisão das notas de todo o processo, e manter o resultado preliminar.

Goiânia, 13 de março de 2020.

Sissília Vilarinho Neto (presidente)  
Priscilla de Cesaro Antunes  
Rafael Guarato dos Santos



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA**

**PARECER  
ANÁLISE DO RECURSO AO RESULTADO PRELIMINAR**

Em resposta ao recurso interposto pelo candidato ALLISON ARAÚJO DE ALMEIDA os/as componentes da banca de análise de recursos julgam procedente destacar:

- 1) Neste recurso o candidato solicita anulação do concurso ou revisão das notas de todo o processo, alegando irregularidades.
- 2) No item 1 do recurso, o candidato Allison alega que a candidata ANA MARIA ALONSO KRISCHKE não estava presente no ato da instalação e não entregou os documentos exigidos. A ata de instalação do concurso (Documento SEI 1192941) registra que a candidata estava presente no ato de instalação. A referida ata registra também que, durante a instalação, a candidata declarou não ter posse do comprovante de pagamento da taxa de inscrição. A candidata interpôs recurso (Documento SEI 1206020) para não ser desclassificada do certame no ato de instalação com o argumento de que a Instituição já havia verificado a existência do pagamento. O recurso foi deferido *ad referendum* do Conselho Diretor da FEFD pelo Diretor da Faculdade (Documento SEI 1206028). Considerando a lei 13.726 de 2018 que “racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude, e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação”; considerando a súmula 473 do STF que determina que “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos”; entende-se que a instituição pode revogar o ato de eliminação da candidata, por implicar em excesso de burocracia ao exigir o comprovante de um pagamento que já havia sido confirmado pela própria instituição na homologação das inscrições (Documento SEI 1113426).
- 3) No item 2 do recurso, o candidato Allison alega que houve incoerência entre a avaliação de títulos e a avaliação de memorial. Todavia, há indeterminação do objeto e ausência de fundamentação.
- 4) Na argumentação do recurso, o candidato Allison alega que a candidata Ana Maria foi privilegiada com um acréscimo de 30 minutos durante a prova didática. Não há registro de acréscimo de tempo para a prova da candidata Ana Maria na ata de realização da prova didática (Documento SEI 1215768). Recorrendo ao áudio da gravação da aula, verifica-se que não houve o acréscimo mencionado para a candidata Ana Maria.

Considerando o exposto, esta comissão recomenda indeferir o recurso interposto de anulação do concurso ou revisão das notas de todo o processo, e manter o resultado preliminar.

Goiânia, 13 de março de 2020.

Sissilia Vilarinho Neto (presidente)  
Priscilla de Cesaro Antunes  
Rafael Guarato dos Santos